



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Vários órgãos de comunicação social deram conta esta semana de que um grupo de cidadãos estima que, entre Benavente e Coruche, 80% do rio Sorraia já esteja coberto por jacintos de água.

O jacinto de água (*Eichornia crassipes*) é considerada uma das plantas invasoras aquáticas mais problemáticas em Portugal. Trata-se de uma planta extremamente resistente, que aguenta grandes alterações ambientais e que compete com as espécies autóctones, impedindo a entrada de luz solar e a oxigenação da água, com graves consequências para a fauna e a flora dos cursos de água afetados.

A sua proliferação está a gerar muita preocupação no Ribatejo, sendo urgente uma intervenção das entidades oficiais da área do ambiente.

O problema da proliferação de jacintos de água não é novo, nem no Ribatejo nem noutras zonas do país, um pouco de norte a sul, onde se tem vindo a intensificar cada vez mais e com maior frequência.

Ao longo dos últimos dois anos têm sido reportadas situações preocupantes de norte a sul do país – nos rios Cávado, Ave, Douro, Vouga, Mondego, Tejo e Guadiana. A praga de jacintos de água no rio Guadiana levou a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva) a investir em tecnologia de ponta através da aquisição de uma máquina anfíbia.

Em janeiro de 2018, o CDS-PP questionou o Senhor Ministro do Ambiente sobre uma praga de jacintos de água na ribeira de Muge. E já na altura, não sendo possível a sua erradicação, questionámos que medidas estavam a ser tomadas pelos organismos competentes – nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas – para combater esta praga e evitar novas invasões, e que intervenções tinham já sido

realizadas e com que resultados.

Na resposta, reconhecendo que a erradicação do jacinto de água é impossível, o Senhor Ministro referiu que o controlo e combate da planta, presente em Domínio Hídrico, deve ser concertado entre as diversas entidades corresponsáveis, e revelou que estavam a ser promovidas ações de controlo e combate pelos municípios, em colaboração com a APA e o ICNF, através da remoção mecânica e manual da planta, nos locais onde as áreas ocupadas eram mais extensas, com a sua posterior deposição nas margens, fora do alcance das águas, para secagem.

A praga de jacintos de água atingiu uma dimensão inédita, sendo que as condições climatéricas e os baixos caudais ajudam ao agravar do problema, e os elevados custos das operações de remoção levam a que muitas autarquias não tenham capacidade financeira para o fazer com eficácia— como é o caso no rio Alviela, na vala de Alpiarça e na vala de Almeirim.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1. Tem V. Exa. conhecimento da invasão de jacintos de água que atualmente afeta o rio Sorraia numa extensão de cerca de 40km?

2. O Ministério que V. Exa. tutela recebeu algum pedido de ajuda por parte das autarquias envolvidas, nomeadamente Benavente e Coruche? Se sim, qual foi a resposta dada pelo Ministério?

3. Que intervenções estão planeadas no rio Sorraia e com que resultados?

a) E nas valas de Almeirim e Alpiarça?

b) E no rio Alviela e na ribeira de Muge?

4. Não sendo possível a erradicação do jacinto de água, que medidas estão a ser tomadas pelos organismos competentes – nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas – para combater esta praga que está a alastrar por todo o país?

5. É realizado algum tipo de monitorização dos cursos de água com vista ao controlo deste tipo de pragas? Com que regularidade?

6. Quantos casos existem, reportados às autoridades competentes sob a alçada do Ministério que V. Exa. tutela?

7. Que tipo de apoios estão previstos para os municípios afetados?

Palácio de São Bento, 23 de agosto de 2019

Deputado(a)s

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELLO-BRANCO(CDS-PP)